

 SAÚDE 21 NOV 2006

# Auditória constata desvio de dinheiro

A Fundação Zerbini será obrigada a devolver R\$ 22,2 milhões para os cofres públicos. A exigência será feita em ação civil pública a ser ajuizada nos próximos dias pelo Ministério Público, que, em auditoria realizada em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES) e o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), concluiu que o convênio firmado com a instituição privada no DF de 2005 até agosto deste ano representa terceirização irregular de políticas públicas e apresenta fraudes em 100% dos contratos.

Para prestar serviços ao Programa Família Saudável, a Zerbini recebeu, nesse período, R\$ 74,8 milhões do Fundo de Saúde do DF, mas não conseguiu justificar os gastos da ordem de R\$ 12,2 milhões. Outros R\$ 8,6 milhões simplesmente desapareceram.

Doze pessoas foram citadas no relatório como possíveis responsáveis pelas irregularidades no con-

JORNAL DO BRASIL

## Fundação Zerbini terá de devolver R\$ 22,2 milhões aos cofres públicos

vénio e devem ser chamados para prestar informações. Entre elas, o distrital eleito com o slogan *O médico da família*, Doutor Charles, que era o executor técnico do programa.

— Está muito claro que ele não cumpriu suas obrigações como executor técnico e é responsável, no mínimo, por omissão — afirmou o promotor de Defesa da Saúde, Jairo Bisol, ao acrescentar que a terceirização do serviço de Saúde representa privatização de políticas públicas e uma potencialização da corrupção.

De acordo com o relatório que será encaminhado para a Procuradoria Geral, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Contas, Ministério da Saúde e Ministério Público Eleitoral, as principais irregularidades são desrespeito à Lei de Licitações, direcionamento na contratação de empresas para prestação de serviços e superfaturamento.

As análises sugerem ainda que ocorreu transferência indevida de recursos do projeto para a conta da Fundação, uso irregular das verbas do programa, pagamento das dívidas em atraso e contratações indevidas de pessoal. As nove empresas que tinham contratos com a Fundação também foram citadas no relatório. (A.F.)